



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

PROJETO DE LEI Nº 151 DE 2022

Autoria: DRA. MAYARA PINHEIRO REIS

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em manter, em suas dependências, funcionários com fluência na língua brasileira de sinais – Libras, para atendimento e auxílio da pessoa com deficiência auditiva.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, deverá manter em suas dependências, funcionários com fluência na língua brasileira de sinais – Libras, para atendimento da pessoa com deficiência auditiva nos setores de audiências de instrução e julgamento de varas comuns ou especializadas, bem como nos Centros Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC e juizados especiais,

Art. 2º O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, deverá capacitar, funcionários, conciliadores e mediadores na língua brasileira de sinais – Libras para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos ao jurisdicionados de forma a garantir o atendimento e o direito da pessoa surda, muda ou deficiente auditiva.

Art. 3º A capacitação dos profissionais de qualquer área do conhecimento, com fluência em libras, deverá ser realizada por entidade formadora devidamente credenciada na Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas – Eastjam, com especialidade neste tipo de formação profissionalizante, por meio de convênio, termos de cooperação ou parcerias público-privadas.




PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

Art. 4º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS, EM MANAUS, 29 DE MARÇO DE 2022.**


Dra. Mayara Pinheiro Reis
Deputada- PP
2ª Vice-Presidente





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

JUSTIFICATIVA

Um grande problema que enfrentamos na atualidade é a garantia de inclusão integral das pessoas com deficiência, essencialmente no acesso à justiça.

Esse grupo já enfrenta diariamente muitas batalhas, preconceitos e falta de acessibilidade nos locais.

Além do mais, no âmbito judiciário existe muita disparidade, seja em função de técnica profissional entre as partes, seja em razão da discriminação sofrida por aqueles menos favorecidos na comunicação, e a função de aprendizagem da linguagem de libras busca amenizar justamente estas diferenças.

É indispensável ao bom funcionário judiciário o conhecimento técnico necessário para bem conduzir as audiências, assim como para o atendimento em balcões. Os juízes e os respectivos funcionários responsáveis pelas audiências devem garantir que os interrogatórios, discussões, conciliações/mediações proporcionem uma finalidade fiel ao direito, moralidade e justiça.

O Poder Judiciário encontra-se desprovido de sistemas de informação ou interação para atendimento das pessoas com deficiência auditiva, que quando buscam os serviços jurisdicionais, recebem tratamento desigual aos oferecidos para os demais cidadãos. Um Estado de Direito legítimo deve garantir a todos o acesso efetivo à justiça, por meio de uma ordem jurídica justa e de uma política pública isonômica.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência (13.146/2015), estabelece que toda pessoa deficiente tem direito à igualdade de oportunidades com os demais cidadãos e não poderá sofrer nenhum tipo de discriminação. A lei federal impede qualquer obstáculo, atitude, comportamento que impeça ou limite o recebimento de informação, mensagem ou expressão ou qualquer forma de interação, em razão disso, buscando legislar para o âmbito estadual e fazendo jus à eficácia dessa oportunidade de garantias iguais a presente propositura é válida.

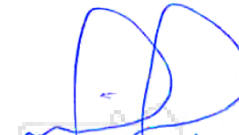


PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

E nesse sentido, pelos motivos acima apresentados, objetivando a inclusão integral das pessoas com deficiência juntamente com a aplicação da justiça efetiva, conto com o apoio e aprovação pelos Nobres Pares do projeto de lei ora apresentado.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, EM MANAUS, 29 DE MARÇO DE 2022.


Dra. Mayara Pinheiro Reis
Deputada- PP
2ª Vice-Presidente



Documento 2022.10000.00000.9.010925
Data 29/03/2022



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2022.10000.00000.9.010925

Origem

Unidade: GABINETE 2º VICE-PRESIDENTE
Enviado por: BRENA FREITAS DE AQUINO
Data: 29/03/2022

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: APRESENTAR PROPOSITURA.